



## COMUNICADO

### Diálogo Regional para Actores Não-Estatais sobre o RISDP 2020-30 da SADC e o seu Plano de Implementação Preliminar

29 a 30 de Junho de 2021 (virtual)

#### *‘Reconstruir Melhor – Garantir a Responsabilidade Social no Desenvolvimento da África Austral’*

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO E ANTECEDENTES

**1.1 Considerando** que um diálogo regional virtual para actores não-estatais (ANEs) sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Revisto (RISDP) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para 2020-2030 e seu Plano de Implementação Preliminar foi realizado nos dias 29 e 30 de Junho de 2021, sob o tema Reconstruir Melhor - **Garantir a Responsabilidade Social no Desenvolvimento da África Austral**, co-organizado por Southern Africa Trust, Rede de Justiça Económica (EJN) dos Conselhos Cristãos da África Austral (FOCCISA), Rede de Solidariedade dos Povos da África Austral (SAPSN), Conselho de Coordenação da África Austral (SATUCC), GenderLinks, Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA) e a Aliança para a Responsabilidade Social (PSA) (um consórcio de ActionAid Internacional (AAI), Monitor de Responsabilização na Prestação dos Serviços Públicos (PSAM) da Universidade de Rhodes, Fórum de Pequenos Agricultores da África Oriental e Austral (ESAFF) e SAfAIDS).

**1.2** Mais de 250 participantes, de 13 dos 16<sup>1</sup> Estados-Membros da SADC, aderiram ao diálogo, representando vários actores não-estatais, incluindo organizações da sociedade civil (OSC), associações de pequenos agricultores, organizações de trabalhadores, sindicatos, organizações de jovens, movimentos populares, organizações religiosas, associações do sector privado, câmaras de comércio e órgãos de comunicação social, bem como o Secretariado da SADC, Comitês Nacionais da SADC, Pontos de Contacto Nacionais da SADC e outros departamentos de governo.

---

<sup>1</sup> Os participantes do diálogo vinham dos seguintes 13 dos 16 Estados-Membros da SADC: Botswana, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Namíbia, República das Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

**1.3 Notando** que o RISDP 2020-2030 da SADC (doravante RISDP) e a Visão 2050 foram aprovados na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC em Agosto de 2020, o Conselho de Ministros da SADC deverá adoptar o Plano de Implementação do RISDP antes de Agosto de 2021, que estabelecerá as várias medidas a serem tomadas pela SADC e seus Estados-Membros. A estratégia regional de 10 anos prevê “uma região industrializada pacífica, inclusiva, de renda média a alta, onde todos os cidadãos desfrutem do bem-estar económico sustentável, justiça e liberdade”.

**1.4 Ciente** de que o RISDP fica disponível em tempos de pandemia da Covid-19, que restringiu uma ampla consulta pública. A pandemia da Covid-19 colocou diante da região tanto obstáculos adicionais como oportunidades. Os desafios económicos existentes foram agravados pela crise global causada pela Covid-19. Tanto o emprego formal como o informal diminuíram, resultando em menos renda para muitas famílias, sobretudo nas zonas urbanas. O desvio de orçamentos nacionais e o pessoal para responder à crise, bem como o impacto das próprias restrições, afectou a prestação de serviços públicos em muitos sectores. Os efeitos da mudança climática, seca persistente, inundações e pragas, agravados por desafios económicos, pobreza, conflito, desigualdade e o impacto negativo da extracção de recursos naturais todos contribuíram para a insegurança alimentar. A natureza de género e o impacto da Covid-19 aumentaram a vulnerabilidade de mulheres e raparigas e exacerbaram a violência baseadas no género (VBG). Além disso, os desafios de governação em muitos países da região, incluindo a falta de transparência e responsabilidade social, bem como as restrições aos direitos humanos e liberdade de expressão, reunião e associação, limitam a capacidade de os ANEs e as pessoas, em geral, participarem plenamente nos processos democráticos.

**1.5 Foi acolhido e apreciado** o facto de a SADC ter destacado no RISDP a importância de envolver e formar parcerias estratégicas com os ANEs para garantir o sucesso da implementação de políticas e programas regionais.

**1.6 Reiterando** a importância dos instrumentos regionais da União Africana (UA) e da SADC, como a (i) Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (1996) e o seu Protocolo sobre os Direitos das Mulheres (2003); (ii) Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação (2007); (iii) Carta Africana da Juventude (2006); (iv) Declaração de Malabo no Aceleração do Crescimento Agrícola e Transformação para Prosperidade Partilhada e Melhoria dos Meios de Vida (2014); (v) Declaração de Abuja sobre VIH/SIDA, Tuberculose e Outras Doenças Infecciosas Relacionadas (2001); (vi) Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento; (vii) Protocolo da SADC sobre Trabalho e Emprego; (viii) Declaração de Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar (2004); (ix) Estratégia para SSRD na região da SADC (2019 - 2030); (x) Política Agrícola Regional da SADC (RAP) (2013) e Plano de Investimento (RAIP) (2017-2022); (xi) Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC (FNSS) (2015-2025); (xii) Estratégia e Roteiro de

Industrialização da SADC 2015-2063; e (xiii) Lei Modelo da SADC sobre Género e Desenvolvimento.

**1.6 Notando** a importância da responsabilidade social para a prestação eficaz de serviços públicos de qualidade, acessíveis, económicos e sensíveis ao género para todas as pessoas e, em última instância, para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e compromissos regionais nas áreas de mudança climática e agricultura, saúde, comércio, género, vacinas contra Covid-19, trabalho, jovens e engajamento dos ANEs.

## **2. RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AGRICULTURA**

*Notando a necessidade de garantir a adopção generalizada de práticas agrárias sustentáveis para ajudar os pequenos agricultores a adaptarem-se aos efeitos das mudanças climáticas e a acelerarem o crescimento agrícola como meio de combater a fome e a pobreza,*

**2.1 Apelamos** à SADC e aos Estados-Membros a fortalecerem ou estabelecerem revisões nacionais conjuntas do sector agrário (RNCSA), pequenos agricultores e OSC, incluindo conselhos de alimentação e nutrição inclusivos a nível do distrito e subdistrito para orientar, monitorar e supervisionar estratégias, planos, programas e orçamentos de alimentação e nutrição.

**2.2 Encorajamos** a SADC a elaborar e implementar um desenvolvimento agrário regional robusto e estratégia de serviço de consultoria de extensão que apoie grupos de produção agrária rural para promoverem agro-ecologia, sistemas de sementes administrados por agricultores e serviços públicos sensíveis ao género e que também evite a imposição de OGM..

**2.3 Exortamos** a SADC e os Estados-Membros a aumentarem o financiamento ao sector agrícola e a operacionalizarem e financiarem rapidamente o estagnado Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA) da SADC.

## **3. RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM A SAÚDE**

*Notando a necessidade de melhorar a saúde dos cidadãos da SADC, em geral, e de promover o teste de HIV e serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR) para adolescentes e jovens em particular,*

**3.1 Apelamos** aos Estados-Membros da SADC a expandirem a transparência e partilha de informações relacionada com a gestão de recursos públicos, para aumentar a participação dos cidadãos na monitoria da responsabilidade social dos serviços públicos de HIV/SSR.

**3.2 Exortamos** os membros do parlamento a responsabilizarem os ministérios e empresas públicas por qualquer compromisso na Gestão dos Recursos Públicos destinados à prestação de serviços de saúde pública, incluindo a responsabilidade pela implementação das resoluções levantadas nos relatórios do auditor geral e/ou do Gabinete do Provedor de Justiça. Isso contribuirá para reduzir a perda de recursos destinados aos serviços de HIV/SSR por meio da corrupção e do abuso.

**3.3 Apelamos** ao governo para rever ou desenvolver novas leis e quadros jurídicos que reduzam o custo de produtos essenciais para o VIH/SSR que salvam vidas.

**3.4 Encorajamos** os governos a revisitarem os quadros fiscais existentes e a arquitectura para o efeito ou criar um fluxo sustentável de recursos para a prestação de cuidados de saúde e incentivar os investimentos do sector privado na prestação de serviços de HIV/SSR.

#### **4. RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM O **COMÉRCIO****

*Notando a necessidade de expandir o apoio às mulheres comerciantes transfronteiriças de pequena escala, sobretudo porque elas foram as mais afectadas negativamente pelo encerramento de fronteiras e restrições de viagens durante a pandemia da Covid-19,*

**4.1 Apelamos** à SADC e COMESA e aos seus Estados-Membros a implementarem mecanismos para fortalecer a recolha de dados sobre a contribuição do comércio transfronteiriço de pequena escala, para orientar a adopção de respostas políticas e infra-estrutura adequadas.

**4.2 Exortamos** a SADC a garantir a implementação do Regime de Comércio Simplificado da SADC para criar um ambiente de negócios favorável através da promoção de actividade económica dos comerciantes transfronteiriços. Com o novo ambiente devido à Covid-19, isso deve incluir o fornecimento de infra-estrutura leve adequada nas fronteiras para aproveitar todo o potencial dos comerciantes transfronteiriços, ou seja, reduzir os custos e a complexidade da documentação necessária para produtos de pequena escala ou procedimentos de remessas de baixo valor alfandegário e transacções comerciais.

**4.3 Encorajamos** a SADC e os Estados-Membros a educarem e capacitarem os comerciantes sobre o uso de pagamento electrónico e plataformas de negociação segura online para viabilizar e facilitar o comércio e proteger os comerciantes de contrair a Covid-19. Por exemplo, as instalações de gestão alfandegária e de fronteira devem fornecer balcões de apoio para ajudar os comerciantes de pequena escala a cumprir o novo sistema digital e online. Apela-se aos governos para que subsidiem

os custos de obtenção de teste e certificado de vacinação contra a Covid-19 para comerciantes internacionais. A vacinação deve ser priorizada para os comerciantes transfronteiriços.

## **5. RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM O **GÉNERO****

*Notando a necessidade de maior protecção, monitoria e estratégias para enfrentar a violência baseada no género exacerbada e outros impactos negativos da Covid-19 na região,*

**5.1 Apelamos** aos Estados-Membros da SADC a reverem os códigos penais e as leis de criminalização específicas que continuam a afectar os mais marginalizados e vulneráveis da sociedade; em particular, as mulheres, raparigas, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

**5.2 Recomendamos** que haja recolha de dados desagregados por género que garantam comunicações claras, à luz da Covid-19; e justiça vacinal no que se refere à igualdade de género.

**5.3 Encorajamos** os Estados-Membros da SADC a iniciarem a discussão e implementação da lei modelo de violência baseada no género (VBG) e as sinergias com os compromissos nacionais e implementação da lei modelo de casamento prematuro.

## **6. RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM VACINAS **CONTRA A COVID-19****

*Notando a necessidade de maior equidade e acesso à vacinação contra a Covid-19 entre os cidadãos da SADC,*

**6.1 Apelamos** à SADC e aos seus Estados-Membros a melhorarem a comunicação sobre a ciência das vacinas, incluindo a colaboração com os ANEs para desenvolver estratégias específicas de cada país para lidar com medos e equívocos.

**6.2 Exortamos** o secretariado da SADC e os Estados-Membros a desempenharem um papel proeminente e unificado, liderado pela UA, na negociação de vacinas a nível global; e devem planificar e financiar a sua distribuição de forma adequada para atender às necessidades do seu povo sem demora, para evitar vagas ainda maiores e mais desastrosas de infecção.

**6.3 Imploramos** a SADC e os Estados-Membros que reconheçam as falhas crónicas dos sistemas de saúde pública da região, infra-estrutura e política e basear-se na atenção actual à desigualdade e disponibilidade para maior financiamento da saúde pública com vista construir sistemas mais responsáveis e eficazes que

atendam às nossas necessidades contínuas e garantam que estejamos preparados para futuras pandemias.

## 7. RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM O **TRABALHO**

*Notando o aumento dos défices de trabalho decente, combinado com o crescimento da violência e assédio no mundo do trabalho e outros impactos negativos da Covid-19 na região,*

**7.1 Apelamos** aos Estados-Membros da SADC que fortaleçam a qualidade do diálogo social na região, tanto a nível nacional como regional, garantindo assim uma abordagem inclusiva para o desenvolvimento, sobretudo no mercado de trabalho.

**7.2 Recomendamos** que os governos ratifiquem e adaptem ao contexto nacional a Convenção n.º 190 da OIT sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho.

**7.3 Encorajamos** os governos a desenvolverem sistemas de protecção social nacionais universais e inclusivos, incluindo bases de protecção social e acordos de segurança social e laborais que aumentam a protecção social com base no conhecimento de que os países que “institucionalizaram a assistência social, dependem de recursos internos e seguem uma abordagem baseada em direitos/justiça, são rápidos para proporcionar uma assistência de emergência ”.<sup>2</sup>

**7.4 Apelamos urgentemente** aos governos a abordarem questões relacionadas com a informalidade, reduzirem os défices de trabalho decente na economia informal e a facilitarem a transição para a formalidade, à luz da Recomendação 204 da OIT sobre a transição da economia informal para a formal.

**7.5 Exortamos** os Estados-Membros da SADC a reconhecerem e respeitarem os direitos laborais e sindicais, e também a garantirem que todos os trabalhadores migrantes e suas famílias tenham acesso a cuidados de saúde e protecção de renda; condições adequadas de trabalho e de vida, incluindo o cumprimento das normas de segurança e saúde ocupacional; e informações relevantes sobre a Covid-19. Os sindicatos e todas as outras partes interessadas em diferentes sectores da economia devem estar activamente envolvidos nas equipa/grupos de trabalho nacionais de resposta à Covid-19 e participar na implantação e distribuição da vacina e do equipamento de protecção individual (EPI).

---

<sup>2</sup> SATUCC (2020) *SATUCC Regional Research on Covid-19. The Impact of Covid-19 Pandemic on Working People in Southern Africa: The Role of Trade Unions – Final Report.*  
<https://rosalux.co.za/wp-content/uploads/2021/06/SATUCC-COVID-19-STUDY-REPORT-2020.pdf>

**7.6 Exortamos** ainda mais a SADC desenvolver indicadores relativamente à criação de empregos e salvaguardar os empregos existentes, através do desenvolvimento e implementação de políticas macroeconómicas (fiscais e monetárias) que direcionem as despesas públicas para a concessão de subsídios de contratação ou garantias para os jovens, bem como o investimento em sectores económicos com potencial para absorver os jovens desempregados. Os governos devem garantir que o seguro de desemprego abranja todos os jovens que perderam o emprego e todos os afectados pelas demissões, para evitar perdas ainda maiores de renda. Além disso, o acesso a benefícios para aqueles que procuram activamente trabalho deve ser melhorado.

## **8. RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM OS JOVENS**

*Notando a necessidade de facilitar a participação plena e fundamentada dos jovens na formulação e implementação do RISDP,*

**8.1 Apelamos** aos líderes da SADC a aumentarem o acesso à informação para os jovens com vista a permitir que estes participem activamente em todos os processos do RISDP, incluindo através da utilização de redes sociais e outras plataformas acessíveis.

**8.2 Recomendamos** que haja uma transformação estrutural da SADC com vista a criar espaços democráticos para os jovens, não só para participarem na tomada de decisões, mas também para exercerem o seu direito democrático de votar ou vetar os planos de desenvolvimento adoptados ao nível da SADC.

**8.3 Encorajamos** os líderes da SADC a estimularem a participação dos jovens nos processos de desenvolvimento regional da base para o topo, adoptando padrões comuns para garantir a sua inclusão e participação a nível nacional e local.

## **9. RECOMENDAÇÕES GERAIS**

Em conclusão e para a realização dos objectivos definidos da SADC conforme contidos no RISDP, Visão 2050 e instrumentos regionais listados em 1.5 acima, queremos, por fim:

**9.1 Receber e expressar o nosso apoio** às disposições e espírito do Tratado da SADC (sobretudo no Artigo 5 (2b), 16A e Artigos 23 do Tratado da SADC) e múltiplos protocolos que reconhecem os ANEs como partes interessadas importantes na implementação da agenda da SADC.

**9.2 Imploramos** que o Secretariado da SADC e os Estados-Membros estabeleçam plataformas e processos, incluindo a partilha pública de planos e relatórios, a nível regional e nacional para garantir que os ANEs (incluindo mulheres,

jovens, trabalhadores e pequenos produtores) sejam capazes de participar substancialmente na implementação e monitoria do RISDP, com base nos princípios de responsabilidade social.

**9.3 Exortamos** a SADC e os Estados-Membros a estabelecerem, fortalecerem e operacionalizarem um mecanismo de envolvimento dos CNSs a nível regional e os CNSs em cada Estado-Membro, dentro dos prazos estipulados no plano de implementação do RISDP.

**9.4 Exortamos ainda** os Estados-Membros da SADC a fortalecerem a responsabilidade social através da protecção dos direitos humanos, incluindo as liberdades de expressão, reunião e associação, e fortalecimento da integridade do Estado e os mecanismos de supervisão, para garantir que todos os povos da região possam participar plena e substantivamente nos processos democráticos.

**9.5 Encorajamos** os ANEs a estarem activamente envolvidos a nível nacional e regional em processos liderados pelo governo e pelos ANEs na implementação e monitoria do RISDP, para poderem formalizar o pacto social entre os estados e a população e garantir a responsabilidade social.

**9.6 Comprometemo-nos**, como co-organizadores, a realizar diálogos anuais para reflectir sobre o progresso da implementação do RISDP.

**9.7 Apelamos** aos parlamentos nacionais da SADC que estabeleçam um sistema de supervisão eficaz, que garante que os interesses e prioridades do público e dos ANEs estejam representados no desenvolvimento, monitoria e implementação do RISDP a nível regional e nacional.

**9.8 Apelamos ainda** à SADC e aos seus Estados-Membros que apoiem a transformação do Fórum Parlamentar da SADC num parlamento regional completo e capacitá-lo para desempenhar adequadamente todas as funções legislativas, representativas e de supervisão necessárias.

**9.9 Expressamos** o nosso profundo apreço aos nossos doadores pelo seu empenho em fortalecer a responsabilidade social na região da SADC, em particular, ao escritório regional da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC) e ao Alto Comissariado Britânico na África do Sul pelo seu apoio a este diálogo.

Finalmente, este comunicado é submetido ao Secretariado da SADC, bem como a cada Estado-Membro da SADC através dos seus Pontos de Contacto Nacionais. Os ANEs a nível regional e em cada Estado-Membro também são encorajados a fazerem uso deste comunicado e das suas recomendações nos seus próprios compromissos.